

Devedores usarão texto da Cepal

Brasília — Já é decisão de Governo que a **Declaração de Quito**, um documento conjunto, considerado de teor moderado, firmado em janeiro, durante a reunião da Conferência Econômica Latino-Americana (Cepal), no Equador, será base da proposta que o Brasil levará à reunião dos países endividados da América Latina, em 14 e 15 de junho, informou um assessor do Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro.

O mesmo documento servirá de base para a proposta dos outros devedores, conforme entendimentos firmados entre eles. Esse texto, que tem anexo um plano de ação conjunta, pede o debate de fórmulas para diminuir o pagamento do serviço das dívidas, mediante a "redução drástica" dos juros, comissões e margens de riscos (*spread*) cobrados pelos bancos credores. Propõe ainda prazos "substancialmente mais largos" para os pagamentos, através de "porcentagens razoáveis" das exportações, de modo a não comprometer o crescimento interno.

Divergências

As propostas concretas que o Governo brasileiro levará à reunião ainda não foram decididas, esclareceu a fonte. Começarão a ser mais bem examinadas na próxima semana, depois da volta dos Ministros Saraiva Guerreiro e Delfim Neto do exterior.

Nos dias 11 ou 12 de junho, já de posse da declaração conjunta dos países desenvolvidos —

que entre 7 e 9 se reunirão em Londres — os Ministros das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, do Planejamento, Delfim, e da Fazenda, Galveas, e provavelmente o presidente do Banco Central, Afonso Pastore, decidirão com o Presidente Figueiredo a proposta final do Brasil. Guerreiro chefiará a missão, acompanhado de Delfim ou Galveas.

A **Declaração de Quito**, que será a base da proposta brasileira na reunião, não delinea concretamente prazos para o pagamento, mas direciona os latino-americanos a adotarem "critérios conjuntos" que "guiarão os exercícios individuais de renegociação".

Estes critérios, segundo o "plano de ação" contido na declaração, buscam, em primeiro lugar, colocar a responsabilidade para o pagamento das dívidas também nos ombros dos países desenvolvidos, dos bancos privados credores e dos organismos financeiros internacionais.

A **Declaração de Quito** estabelece que só existe uma forma de evitar crises maiores do sistema financeiro internacional: o desenvolvimento "em níveis adequados" dos países da América Latina e do Caribe.

"O processo de ajuste deverá operar no futuro através do aumento das exportações, em preço e volume, e da redução das taxas reais de juros e na limitação adicional de importações vitais para o processo de reativação econômica interna" — diz o documento.